

REPETÊNCIA E FRACASSO ESCOLAR

Chislaine Keile Fernandes Ruiz Lacerda

Professor PDE

NRE Cianorte

Introdução

O ensino público no Brasil é desvalorizado em todos os aspectos: político, econômico e social. O índice de repetência cresce assustadoramente e vários são os motivos citados como causa desse problema e também vários são os estudos acerca do mesmo.

Fica a cargo da escola e todos os seus componentes, a responsabilidade de criar nos alunos o gosto ou o desgosto pela educação.

A criança tem capacidade para viver poeticamente, independente da condição social, o conhecimento e o mundo. Cabe à escola criar situações para incentivar a criatividade, intuição e o ludismo no discente, de modo a despertar-lhe a sensibilidade. Através da análise do texto a seguir, veremos se ela está cativando ou expulsando os alunos de suas dependências. Se a escola e todos os envolvidos no processo são incentivadores do gosto pela educação, ou simplesmente reforçam os desgosto por ela.

Considerações a respeito do tema

As pesquisas sobre as causas da repetência e do fracasso escolar nas escolas públicas, nas últimas décadas, acumulam dados alarmantes. Segundo PATTO (1990), o entrave dessas pesquisas reside, principalmente, sobre o fato de não conseguirem se livrar de pressupostos preconceituosos em relação à criança de condição sócio-econômica inferior. Mesmo que, o despreparo de educadores e a precariedade das condições funcionais e estruturais, entre outros, sejam apontados como causa do fracasso escolar, a culpa é, em grande parte, atribuída aos problemas individuais dos alunos. A tradição do pensamento educacional brasileiro foi calcada

em moldes europeus e americanos do século XIX, que enfatizam as aptidões naturais do indivíduo por meio de uma forma particular de explicar as diferenças de rendimento escolar entre as classes sociais superiores e inferiores.

A baixa qualidade do ensino básico brasileiro, traduzida pelos altos índices de repetência, reflete os defeitos históricos da própria sociedade brasileira, que é excludente. A escola converte a cultura dos grupos dominantes em saber escolar, legitima e impõe esse saber aos grupos dominados, reforçando a hegemonia dos grupos dominantes, perpetuando assim, a marginalização. Desta forma, a escola pública é considerada impotente diante das desigualdades que ela ajuda a manter.

Associadas à problemas psicológicos, cognitivos, familiares e neurológicos próprios da criança, as barreiras no processo de aquisição do conhecimento, cada vez mais, são também atribuídas por educadores e psicopedagogos às causas externas, no âmbito da escola e das condições socioeconômicas dos estudantes. Independente de conceituações, o fracasso escolar é uma chaga pela forma que atinge os alunos e pela exclusão social que projeta na vida adulta. Fonte ainda de sofrimento e apreensão para pais preocupados com o futuro dos filhos, os entraves à assimilação de conteúdos ministrados em sala de aula despontam como uma das maiores causas da repetência.

Os profissionais de educação, em particular os professores, não recebem por parte da escola, muitas vezes, até por certo comodismo da instituição e deles mesmos e também do decurso de sua formação, a base que lhes sirva de apoio para lidar com uma série de diversidades que irão encontrar em uma sala de aula. Por exemplo, alunos com diferentes culturas, histórias, famílias, expectativas, experiências, pensamentos, etc. Com isso, surge o seguinte questionamento: de que maneira o professor poderá desempenhar um trabalho de qualidade em meio a um universo tão diversificado, repleto de interesses tão diferentes?

As questões sociais referentes à família, à instituição escolar, à política, à religiosidade ou qualquer outro âmbito social, não são solucionadas buscando-se apenas um culpado, neste caso, o aluno, que é apresentado como responsável pelos seus problemas de indisciplina. Ao contrário do que se imagina, as razões pelas quais a (in)disciplina ocorre, estão direta ou indiretamente, distribuídas igualmente entre a escola, os familiares, a ausência de limites, as desigualdades sociais, o aluno e o professor. Embora as justificativas estejam centradas, quase

sempre, em problemas na família, em influências da televisão, da sociedade, da mídia como um todo, nas carências, as mais diversas, exclui-se o educador de qualquer responsabilidade. Sente-se aí uma maneira de escapar do problema, que demanda, sobretudo, uma ação organizada e articulada por parte da equipe pedagógica, assim como de toda sociedade, em prol de um trabalho de qualidade para todas as crianças, indistintamente.

E, em relação ao professor, qual é ou deve ser a postura a assumir? De autoritarismo, de desânimo, de comprometimento, de desespero, de conscientização da sua profissionalização no magistério? Qual a perspectiva que ele tem em relação à sua ação pedagógica? Da liberdade ou da repressão? Ele vê o aluno como um mal que é necessário e a liberdade como algo terrível que corrói e pretende destruir a ordem política, social e econômica estabelecida ou, pelo contrário, tem medo de represálias e age como “bonzinho” e se vangloria de uma ação de descomprometimento, espontaneísta? Ao permitir que as coisas aconteçam de qualquer jeito, sem responsabilidade, termina sendo desmoralizado frente aos alunos tidos como indisciplinados. Tal questionamento tende a refletir a insegurança e o descaso que muitos educadores demonstram diante de fatos que acabam por transformar a educação em um processo destrutivo.

De todas as séries do Ensino Fundamental, a 5ª série é a que apresenta maior número de repetências no final do ano letivo. Normalmente atribui-se que o problema é uma consequência da má preparação recebida nas séries anteriores, além do que o aluno está em processo de transição entre a infância e a adolescência e ainda que, ao iniciar a 5ª série ocorre uma brusca mudança na vida escolar do aluno. Deve-se levar em conta, também, os problemas intra-escolares que angustiam a criança, sem que ela mesma perceba.

A educação brasileira, como um todo, precisa ser urgentemente repensada. Perpetua dentro da escola uma prática pedagógica seletiva e excludente - pois a escola abdicou a muito tempo de sua função social - de atuar como agente renovador, transformador e reproduzidor, assumindo o papel de manter a situação vigente para garantir a hegemonia de uma classe social.

Inúmeros são os fatores intra e extra-escolares que influenciam para que ocorra a repetência em nossas escolas, e igualmente inúmeros são os estudos realizados como o objetivo de detectar as causas dos mesmos. Os extra-escolares dizem respeito às más condições de vida e subsistência de grande parte da população escolar brasileira. Assim, as péssimas condições econômicas, responsáveis dentre outros fatores pela fome desnutrição, a falta de moradias

adequadas e de saneamento básico, enfim todo o conjunto de privações com o qual convivem as classes sociais menos favorecidas surge como elemento explicativo fundamental. Dentre os fatores intra-escolares são salientados o currículo, os programas, o trabalho desenvolvido pelos professores e especialistas, e as avaliações do desempenho dos alunos que são hoje.

Segundo Guiomar Namó de Mello (1983),

“... mecanismos de seletividade poderosos. Sua natureza e qualidade são de teor tal que contribuem para o fracasso escolar das crianças de origem social e econômica desfavorecida, ainda que grande parte desse fracasso se deva sem dúvida à pobreza material da qual essas crianças são vítimas. Nesse sentido, essas condições escolares contribuem para reproduzir a desigualdade social, por meio de um duplo mecanismo: o primeiro é a exclusão dos mais pobres da escola, o segundo, a legitimação dessa exclusão na medida em que o aparecer apenas técnico do modo de operar da escola dissimula seu sentido político”.

O trabalho de pesquisa, *A produção do Fracasso Escolar – Histórias de Submissão e Rebelia*, produzido por Maria Helena de Souza Patto (1987), dentre muitos e relevantes questões levantadas e analisadas, demonstra com clareza que o “processo social de produção do fracasso escolar” se realiza no cotidiano da escola.

Segundo Maria Helena de Souza Patto (1987),

“... O fracasso da escola pública elementar é o resultado inevitável de um sistema educacional congenitamente gerador de obstáculos à realização de seus objetivos. Reprodução ampliada das condições de produção dominantes na sociedade que as incluem, as relações hierárquicas de poder, a segmentação e a burocratização do trabalho pedagógico, marcas registradas do sistema público de ensino elementar, criam condições institucionais para a adesão dos educadores à simularidade, a uma prática motivada acima de tudo por interesses particulares, a um comportamento caracterizado pelo descompromisso social”.

É incrível, mas muito pouco tem sido feito para reverter o quadro do fracasso escolar. Além do que, há sérios indícios de que também pode haver problemas nas escolas e no sistema educacional.

Sabemos que, quando um aluno é reprovado, ele é taxado de incapacitado para prosseguir os estudos e essa condição afeta bastante sua auto-estima de forma negativa. Estudos já comprovaram que a repetência não leva o aluno a uma aprendizagem melhor no ano seguinte,

isto é, repetência não é sinônimo de melhoria na aprendizagem e bom desempenho nos anos seguintes.

Segundo Marcel Crahay (2007, p. 185)

“O balanço das pesquisas disponíveis sobre os efeitos da repetência não tem ambigüidade: em regra geral, os alunos fracos que repetem progredem menos que os alunos fracos que são promovidos. Ou seja, pode-se considerar que a repetência constitui um meio contraprodutivo de fazer face às dificuldades de aprendizagem dos alunos fracos”.

Muitas vezes, no cotidiano de sala de aula, as atividades são sempre impostas pelo professor e até mesmo previamente definidas por conteúdos programáticos ditados por currículos e livros didáticos, sem levar em consideração os interesses e expectativas dos alunos.

Esta visão do problema provoca uma certa acomodação nos docentes que muitas vezes percebem o problema e não conseguem estabelecer uma relação direta entre o processo educativo desenvolvido na escola e o grande índice de repetência que ocorre na mesma. Isto é a prova da diferença existente entre teoria e prática.

A repetência não é um problema que surgiu rapidamente e que pode ser resolvido com pequenas remediações paliativas. É necessária a discussão das causas, a tomada de consciência de todos que estão envolvidos no problema e que, portanto, fazem parte da solução. As causas do não aprender são várias e, portanto, a primeira questão é identificá-las, dando-lhes a seguir o tratamento conveniente.

O professor é um agente de transformação social e, para isso, é necessário que se proponha a ter uma participação ativa no processo pedagógico e questione o sentido social e político de suas atividades como docente.

De acordo com Crahay (2007, p. 203)

“A repetência não ajuda os alunos em dificuldade escolar a superar aquilo que atrapalha seu desenvolvimento. Ao contrário, as pesquisas indicam com insistência que a promoção é geralmente preferível à repetição de um ano. Isso não significa que a promoção automática seja uma panacéia pedagógica. Mais precisamente, a pesquisa sinaliza aos professores que a repetência não traz nenhuma solução para o difícil problema da gestão das

dificuldades de aprendizagem daqueles alunos considerados fracos. A saída para o problema não é essa”.

Nas tramas do fazer e do viver o pedagógico quotidianamente nas escolas que se pode perceber as reais razões do fracasso escolar das crianças advindas de meios sócio-culturais mais pobres.

A nosso ver, o fracasso escolar é uma dura realidade com a qual convivemos há muitas décadas, porém, é um mito, muito bem engendrado, o fato de não conseguirmos dar conta dele.

É necessário que desmistifiquemos as “famosas” causas externas desse fracasso escolar, pela articulação destas àquelas existentes no próprio âmbito escolar, e que tenhamos clareza dos fatores que as determinam e as articulam.

Essa trajetória nos conduziria, por vezes, a relativizar e até mesmo a inverter muita das formas de se compreender este fracasso, dentre as quais poderíamos exemplificar a atual caracterização do fracasso escolar como “problemas de aprendizagem” e que deveria, nesta perspectiva, se configurar também e talvez, principalmente, como “problemas de ensinagem”, que não se produzem exclusivamente dentro da sala de aula. Devemos continuar falando em fracasso escolar como até hoje se tem feito ou assumi-lo como problema social e politicamente produzido?

A repetência escolar é um dos problemas mais agudos e mais sérios da educação brasileira. É um fenômeno complexo que reúne múltiplos aspectos. A espantosa realidade brasileira da repetência escolar está presente em todas as estatísticas publicadas em nosso país, sem possibilidade de ser ignorada.

Nosso sistema de ensino vem, contraditoriamente, gerando analfabetos e apresentando uma absoluta incapacidade de reter a clientela. O problema da repetência nos remete à questão da seletividade social dentro da escola. A democratização do acesso não é democratização do ensino.

Ao esforço de ampliação de vagas dentro do sistema escolar, não se seguiu uma política segura de intervenção, no sentido de torná-lo competente para ensinar os que dependem da escola para aquisição de conhecimentos e habilidades socialmente valorizadas.

Uma pesquisa realizada pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas) em 1998 constatou que no Brasil 44% dos alunos terminaram as 8 séries, 65% termina só a 5ª série e 3% concluem sem repetir.

Neste início de milênio, cada vez mais os educadores não acreditam que as raízes do problema da repetência ocorram apenas no pequeno universo individual do aluno, como tradicionalmente se acreditava. O fenômeno é encarado como uma demonstração prática, ou mesmo um sério indício, de que também pode haver sérios problemas na escola, no sistema educacional e, por extensão, no país.

Faz-se necessário questionar a escola e todo o sistema educacional, pois se deve lançar um olhar ao ambiente educacional do aluno, e não, apenas sobre ele próprio.

O ambiente onde ocorrem as práticas educativas, sem dúvida, interfere favoravelmente ou não, nos resultados dessas práticas. Assim sendo, do ponto de vista pedagógico, a sala de aula não pode ser encarada apenas como local destinado a abrigar alunos e professores durante o trabalho escolar, pois ela é, antes de tudo, um meio educativo.

Uma das providências é melhorar a qualificação dos professores e formá-los para poderem elaborar uma avaliação de qualidade, pois uma simples avaliação não pode revelar aquilo que o aluno de fato aprendeu e, constitui, dessa forma, uma dos fatores que contribui para a repetência.

A crueldade do sistema autoritário de avaliar, a arrogância de alguns professores, a falta de compromisso político com a profissão, entre outros fatores, levam um grande número de alunos a abandonar a escola. Pois quando a avaliação é trabalhada na função classificatória, ela se torna uma arma poderosa nas mãos de quem quer oprimir o outro, pois quando ela reprova, atinge violentamente um dos pontos mais delicados do homem que é a sua auto-estima. Sendo o indivíduo taxado de incapacitado e deficiente pra prosseguir os estudos, essa condição o leva a infelicidade, ao sentimento de inferioridade e ao desânimo.

Como esclarece Aquino (1997):

“Os processos avaliativos constituem seguramente, uma das expressões mais evidentes do impacto das técnicas examinatórias no

contexto escolar. É por meio da avaliação que se torna possível conhecer e controlar cada aluno com o quadro de competências esperadas”.(p. 103)

É evidente que não basta avaliar para melhorar, no entanto, existe toda uma trajetória na história da avaliação educacional no Brasil, que precisa ser recuperada, principalmente no que diz respeito à formulação de métodos, para que sejam alcançados melhores resultados.

A condição essencial para que a classe tenha bons resultados é que o professor tenha confiança nos alunos. Essa seria a reforma mais econômica da escola com que se poderia sonhar, mas também a mais difícil de ser aplicada.

A efetivação de uma avaliação democrática na escola depende, em última instância, da democratização da sociedade, de tal forma que não se precise usar a escola como meio para reforçar a seleção social.

Na maioria das salas de aula, deve haver uma prática pedagógica no sentido de predispor os alunos ao que se quer ensinar, levando-os a participar ativamente nos trabalhos escolares, podendo, com certeza, proporcionar uma aprendizagem mais rápida, eficaz e feliz. Se o diálogo entre professor e aluno penetrar em suas práticas, se os currículos corresponderem aos anseios dos educadores e, se os mesmos tiverem a coragem de deixar seus alunos errarem, para discutir com eles seus erros, haverá alguma esperança de mudança, num horizonte que entre nós retrata apenas o desejo de formar cidadãos críticos, reflexivos e conscientes de seus direitos e deveres na sociedade.

A dificuldade no gerenciamento dos problemas educacionais manifesta-se na reprovação, aspecto que ilustra concretamente o caráter seletivo que as escolas têm assumido ao longo de sua existência, por força de um conjunto de fatores que contribuem e reforçam essa realidade. Os fatores apontados são os aspectos pedagógicos, sociais, psicológicos e econômicos que perpassam pela ação educacional, conseqüentemente, condicionando a prática avaliativa.

Fatores que desencadeiam o fracasso escolar

Inúmeras são as pesquisas que visam levantar as causas do fracasso escolar nas séries iniciais do ensino fundamental. Tal preocupação é antiga e, os pesquisadores procuram explicar

o insucesso escolar através de características físicas e psicológicas, estudando as condições sociais e os métodos educacionais. Citaremos algumas prováveis causas que contribuem para o surgimento da repetência e do fracasso escolar

Fatores Biológicos

Pode-se apresentar como fatores biológicos que interferem na aprendizagem:

a) Fatores genéricos

O meio social muito pode atuar como facilitador do desenvolvimento, porém, a aprendizagem também é parcialmente herdada geneticamente. Para a reeducação das dificuldades de aprendizagem a contribuição genética para análise é indispensável.

b) Fatores pré, peri e pós-natais

Segundo análises feitas, os resultados apontam que as crianças cujas mães tiveram complicações na gravidez, no parto ou nasceram prematuras, uma grande porcentagem apresenta dificuldades de aprendizagem.

Esse fator também é analisado para que possa ser feita uma reeducação com essas crianças.

c) Fatores neurobiológicos e neurofisiológicos:

Considerando que a aprendizagem é dependente da organização neurológica do cérebro e sabendo-se que tal função depende dos fatores genéticos é compreensível que alguns fatores bioetiológicos sejam de natureza neurobiológica e neurofisiológica.

Muitas crianças com dificuldades de aprendizagem não apresentam lesões no cérebro porém, a maioria as evidenciam.

Até os três anos, o cérebro aprende as aquisições mais fulcrais e cruciais que perduraram por toda a vida. A deficiência protéica pode nessa fase deixar rastros de perturbação tônica, falta de atenção, problemas de motricidade, hiper-irritabilidade, instabilidade emocional e outros.

É importante que a criança que apresenta dificuldade de aprendizagem seja detectado logo nas séries iniciais e encaminhada para especialistas que possam trabalhar com suas dificuldades evitando assim o fracasso escolar e as frustrações.

Definição de Dificuldades de Aprendizagem (DA)

Este é um termo em que se refere a um grupo de desordens manifestadas por dificuldades na aquisição e utilização da audição, falta, leitura, escrita ou do raciocínio matemático.

Para alguns estudiosos nem sempre os professores de crianças ditas normais fazem um encaminhamento especial para aqueles que apresentam certo problema. Pode-se dizer que por mais eficiente que sejam professores e pedagogias implantadas, a D.A. não desapareceram e nem se extinguiram.

A criança com D.A. não é deficiente, mas apresenta certo déficit específico de aprendizagem. Ela não é uma criança normal em alguns aspectos, mas atípica em outros, ela simplesmente aprende de uma forma diferente das demais.

Mais de 100 comportamentos específicos já foram identificados, no entanto, os 10 mais freqüentes são:

- hiperatividade;
- problemas psicomotores;
- labilidade emocional;
- problemas gerais de orientação;
- desordens de atenção;
- impulsividade;

- desordens na memória e no raciocínio;
- dificuldades específicas (dislexia, disgrafia, disortografia e discalculia);
- problemas de audição e de fala;
- sinais neurológicos equívocos.

Os jovens e crianças com D.A. são identificadas com base em critérios pedagógicos arbitrários, através de pareceres e avaliações médicas tradicionais, consideradas padrões, que não levam para uma reeducação ou conversão. Outros alunos nem mesmo chegam a serem identificados, eles são aprovados de uma série para outra sem que se trabalhem suas dificuldades ou permaneça por certo tempo na mesma série.

Esses alunos muitas vezes acabam sendo excluídos das classes de apoio ou contra-turno, porque os professores afirmam que não têm condições de recuperação.

Problemas de Atenção

Muitas crianças apresentam dificuldade em fixar a atenção, dispersam-se com muita frequência, não mantêm por muito tempo as funções abertas e vigilância.

Essas crianças apresentam normalmente problemas de seleção quando dois ou mais estímulos estão presentes.

A Aprendizagem X Fracasso

Ao falarmos de fracasso escolar, além de tentarmos analisar os fatores que contribuem para seu surgimento, é necessário conceituar aquilo que viria a ser seu oposto: a aprendizagem.

A aprendizagem é um processo vincular, ou seja, que se dá no vínculo entre ensinante e aprendente, ocorre portanto *entre* subjetividades. Para aprender, o ser humano coloca em jogo seu organismo herdado, seu corpo e sua inteligência construídos em interação e a dimensão inconsciente. A aprendizagem tem um caráter subjetivo pois o aprender implica em desejo que deve ser reconhecido pelo aprendente.

Aprender passa pela observação do objeto, pela ação sobre ele, pelo desejo. A aprendizagem é a articulação entre saber, conhecimento e informação. Esta última é o conhecimento objetivado que pode ser transmitido, o conhecimento é o resultado de uma construção do sujeito na interação com os objetos e o saber é a apropriação desses conhecimentos pelo sujeito de forma particular, própria dele, pois implica no inconsciente.

A partir disso, podemos definir aprendizagem como uma construção singular que o sujeito vai fazendo a partir de seu saber e assim ele vai transformando as informações em conhecimento, deixando sua marca como autor e vivenciando a alegria que acompanha a aprendizagem.

A aprendizagem é parte de um processo social de comunicação e para que aconteça precisa do envolvimento entre alguns elementos como:

- Comunicador, caracterizado pelas pessoas que possa transmitir um determinado conhecimento;
- Mensagem, o conhecimento a ser transmitido de forma clara e objetiva;
- Receptor da mensagem é a pessoa com o propósito de receber conhecimento;
- Meio Ambiente é o lugar onde ocorrerá a transmissão do conhecimento e deve ser estimulador.

Esses quatro elementos devem estar relacionados um com o outro para que não haja falha e não ocorra algum problema na aprendizagem.

A aprendizagem acontece de forma gradual, constante e contínua. Cada indivíduo apresenta um ritmo próprio e isso fará com que ele construa a sua individualidade.

Fatores fundamentais para que a aprendizagem aconteça

Pode-se citar como fatores fundamentais para que haja aprendizagem:

- Saúde física e mental = para que seja capaz de aprender a criança deve apresentar um bom estado físico (não apresentar febres, dores de cabeça, deficiência na visão, audição, disritmias);

- Motivação = é a vontade que a criança sente de aprender, pode ser própria e incentivada por seu professor;

- Prévio domínio = conhecimentos já apresentados por ela, formados pela vivência diária e que deve ser explorada pelo professor;

- Maturação = cria condições para que a aprendizagem ocorra, é formada pela interação entre hereditariedade e o ambiente;

- Inteligência = é a capacidade de raciocinar para resolver problemas;

- Concentração = a capacidade de concentração facilitará a aprendizagem;

- Memória = todo conhecimento que é armazenado nos hemisférios cerebrais.

A criança está pronta para aprender quando ela apresenta um conjunto de condições, capacidades, habilidades e aptidões consideradas como pré-requisitos para o início de qualquer aprendizagem.

A questão da Indisciplina

Na subjetividade, poderíamos afirmar que o problema da disciplina é muito simples: "bastaríamos conseguir com que os alunos prestassem atenção às aulas". Porém, na verdade o problema é complicado, pois envolve a formação do caráter, da cidadania e da consciência do sujeito. No tocante a educação sempre tem as questões presentes: Que tipo de homem se quer formar? Por que alguém deve obedecer a outro? Sabedores de que a escola é determinada socialmente, mas dentro de sua contradição, dentro do seu espaço de autonomia relativa, o que ela está fazendo? Para que tipo de sociedade está colaborando? Se o professor pensa em

simplesmente conseguir o silêncio de seus alunos para falar, está tendo uma visão muito aquém do necessário. O problema não é só conseguir uma determinada mudança; o problema é mantê-la, é conseguir sustentá-la, ou seja, fazer com que seja uma mudança duradoura. O professor, por sua pressão pode conseguir certas atitudes dos alunos, mas que se esvaem quando não estão mais em sua presença; trata-se da grande farsa colocada pelo sistema de educação: não se está preocupado com o futuro do educando, mas em apenas sobreviver como instituição ou como educador, não tendo, de preferência, sua imagem muito abalada pelas eventuais falhas na área de conhecimento, sendo necessário garantir-se a aparência.

Entende-se, portanto, que para definir disciplina na escola, é necessário considerar uma série de questões sociais atuais e rever o comportamento de muitos profissionais da educação.

A disciplina de sala de aula tem sido uma preocupação crescente nos educadores. O aluno ao contrário do que o professor deseja ou pensa sobre o que vem a ser disciplina, tem se mostrado bastante indisciplinado.

Para a maioria dos educadores a disciplina é entendida como a adequação do comportamento do aluno da forma que o professor deseja, ou uma submissão do aluno ao registro da escola. O aluno só é considerado disciplinado quando se comporta como o professor quer

O comportamento é fundamental para o bom desenvolvimento das aulas, portanto, não pode ser desconsiderado pelos educadores, principalmente quando passa a ser um comportamento indisciplinado. Até porque, muitas vezes, a indisciplina pode ser um indício de alguma carência do aluno como, por exemplo, a falta de compreensão do conteúdo, que por falta de interesse por estudar e continuar prestando atenção. Sendo assim, este assunto, indisciplina, é muito relevante, pois, interfere diretamente no processo de ensino/aprendizagem.

O que se deseja em termos de disciplina? Buscamos construir uma nova disciplina que seja consciente, interativa e marcada pela participação, respeito, responsabilidade, construção do conhecimento e formação do caráter e da cidadania.

Não se trata, pois, de ficar buscando o "culpado". Isto é desgastante e só provoca reações afetivas de ataque e defesa. Ao contrário, o que vislumbramos é o compromisso de cada

setor com suas responsabilidades, dentro de uma visão de totalidade, articulado com os demais, cobrando, inclusive, que cada parte assuma suas respectivas responsabilidades.

Há necessidade da participação, do desenvolvimento de todos no enfrentamento do problema.

Educadores, pais e alunos podem refletir sobre a indisciplina a partir dos mais variados enfoques, e por isso cada um certamente vai apresentar pontos de vista diferentes. A indisciplina do aluno pode ser consequência de diversas situações e cada uma tem suas razões de existirem e devem ser sempre revistas pelos educadores (pais e professores).

O aluno é um ser em pleno período evolutivo e as normas de conduta têm importância fundamental nesse processo de transformação gradual e "progressiva" para a conduta desejável. Portanto, o conjunto dessas normas de comportamento, estímulos e recursos é que se põe em jogo para contribuir na evolução do aluno e do seu ajustamento social.

A disciplina escolar não se identifica com boa ordem, mas com práticas que exigem diversas disposições e diferentes tipos de exigência. A questão da disciplina ou indisciplina na escola não se restringe em obter um tipo padronizado de comportamento, mais do que isso, ela envolve o como ensinar certas maneiras de se trabalhar. A criatividade do professor é um dado bastante significativo para lidar com questões disciplinares. O professor deve criar uma maneira própria de trabalhar, sempre com vistas nos objetivos e características que deseja alcançar, disciplinas e métodos de ação e pensamento considerados de valor.

A sala de aula deve se firmar como espaço público, capaz de (re) produzir realizações coletivas e exercício permanente de si próprio, local onde o contato com os outros se estabelece. Além, também, de poder constituir-se como lugar onde o pensamento se demora por um instante para ser assimilado, ruminado e encorajar-se para abandonar experiências já vividas, criando novas configurações humanas. Assim, o ato indisciplinado é algo que precisa ser trabalhado para saber a que veio.

O fenômeno da indisciplina, no cotidiano escolar, tem deixado educadores assombrados e perplexos. Com isso, tentam buscar, ainda que sem muito aprofundamento, explicações para a existência de tal manifestação. Com frequência vêem este fenômeno com certo saudosismo por práticas escolares e sociais de épocas passadas, em que não havia lugar

para desobediência e inquietação por parte das crianças e adolescentes. Isso revela entre outros aspectos uma grande dificuldade de atualizar o projeto pedagógico frente às demandas apresentadas pela sociedade atual.

Alguns educadores costumam atribuir a culpa pelo "comportamento indisciplinado" do aluno, exclusivamente, à educação recebida na família, desobrigando-se desta responsabilidade e deslocando o problema para fora do seu domínio.

Outros acreditam que a manifestação da indisciplina no cotidiano escolar está ligada aos traços de personalidade de cada aluno, atribuindo assim, a responsabilidade ao próprio aluno, demonstrando-se tratar de uma concepção de desenvolvimento inatista. Ou melhor, acreditam que os traços de comportamento de cada aluno já vêm definidos desde o nascimento, por isso não poderão ser modificados.

Já os diretores, coordenadores e muitos pais, acreditam que as possíveis causas do comportamento de indisciplina nas escolas são de responsabilidade do professor e relacionam a origem da indisciplina à falta de autoridade do professor, de seu poder de controle e aplicação de sanções.

A escola não pode abrir mão de sua tarefa no que diz respeito à disciplina. Para que os alunos aprendam as posturas consideradas corretas em nossa cultura, é preciso que o professor seja o modelo que dá condições para que os alunos conheçam, construam e interiorizem seus valores e desenvolvam mecanismo de controle que regulem sua conduta. Para isso, os educadores precisam adequar suas exigências às possibilidades e necessidades dos alunos. É necessário buscar uma coerência entre a conduta do professor e a que se espera dos alunos.

Caso se faça presente a indisciplina na prática escolar, que se busquem as causas e as possíveis soluções para este fenômeno, também nos fatores intra-escolares. Que os educadores tomem como ponto de partida os antecedentes e façam uma análise aprofundada e conseqüente dos fatores responsáveis pela ocorrência da indisciplina na sala de aula.

A questão da (in)disciplina na sala de aula, de um modo geral, sugere inúmeras interpretações e a depender da concepção pedagógica adotada pelo professor, a postura disciplinar a ser assumida poderá levar em consideração a visão de homem, de educação e de sociedade, inserida no próprio pensamento pedagógico.

A indisciplina em sala de aula não se deve essencialmente a falhas psicopedagógicas, pois está em jogo o lugar que a escola e a moral ocupam na sociedade. Os educadores precisam preocupar-se seriamente com a qualidade do trabalho que está sendo oferecida às crianças, a linguagem, as relações estabelecidas, as atividades propostas.

Cabe à escola lembrar e fazer lembrar aos alunos e à sociedade, que sua finalidade principal é preparar para o exercício da cidadania. Assim, são necessários consistentes conhecimentos, memória, respeito ao próximo e ao espaço público, um conjunto mínimo de normas de relações interpessoais e diálogo franco entre olhares éticos.

A questão da Família

Quando falamos em “educação” de uma criança ou jovem, podemos entendê-la como resultado conjunto da intervenção da família e da escola. Embora essas duas instituições sejam complementares e possam chegar a se articular, elas são bastante diferentes em suas raízes, objetos e objetivos. O trabalho familiar diz respeito à moralização da criança, essa é a função primordial dos pais ou seus substitutos. A tarefa do professor, por sua vez, não é moralizar a criança. O objeto do trabalho escolar é fundamentalmente o conhecimento sistematizado, e seu objetivo, a recriação deste.

No caso da família o que está em foco é a ordenação da conduta da criança, por meio da moralização de suas atitudes, seus hábitos, no caso da escola, o que se visa é a ordenação do pensamento do aluno, por meio da reapropriação do legado cultural, representado pelos diferentes campos do conhecimento em pauta.

Atualmente as famílias se envolvem com várias atividades que não se restringem mais à escola de seus filhos como ocorria antigamente, quando a escola era um centro de reunião da população e era uma das responsáveis pelos encontros sociais e de lazer da comunidade. Hoje é o local onde as famílias e os próprios alunos buscam a formação acadêmica.

Vários fatores contribuíram para um novo olhar sobre o papel da mãe trabalhadora, da mãe responsável pela educação dos filhos, do pai provedor. Tais fatores resultaram na reorganização da família e conseqüentemente em um novo papel para os filhos dentro dessa

“nova” família. Aparece aí a responsabilidade da escola com a educação da criança colocada nesse novo ambiente educativo.

Os pais assumem um distanciamento do cotidiano da vida dos filhos no que diz respeito à escola. Para muitos, não participar acaba sendo mais interessante uma vez que têm outras atividades que não podem deixar de assumir. Para a escola, a ausência da família significa poder decidir sozinha, levando em conta seus próprios interesses. Assim surge a família ausente, ou seja, aquela que transfere algumas responsabilidades que seriam suas, para outros setores que acabam se ocupando, nem sempre de forma adequada, da educação da criança e do adolescente, como as escolinhas de esportes, centros musicais, academias esportivas, etc.

Podemos entender que a família assume um papel fundamental no desenvolvimento ao longo da vida do sujeito, aliada às demais influências do meio em que vive, podemos afirmar que é muito mais difícil para o sujeito modificar princípios adquiridos em família do que aqueles aprendidos fora dela. Por isto, todas as ingerências possíveis ao longo da vida como, e principalmente, a escola, contarão com a presença invisível dos pais em seu interior, transmitindo e transferindo para a escola, sua conduta, idéia, posição e expectativa.

Se, por um lado, a família não assume sua parcela de responsabilidade na educação dos filhos, por outro, a escola não facilita a participação da família na elaboração de seu Projeto Político Pedagógico, descartando inclusive a presença da família como se ambas não precisassem caminhar juntas para obterem sucesso na formação e no saber do sujeito (aluno/filho).

Considerar a família como um segmento importante para a elaboração de um Projeto Político Pedagógico parece cada dia mais importante. Inclusive porque as relações da família com a escola se modificaram assim como as novas bases que sustentam as relações no interior da família. Dentre elas está a preocupação dos pais com a educação escolar. A preocupação com a escola está dividida em duas frentes: em uma delas, a família atribui à escola toda a função da educação, do ensinamento pedagógico, humano e pessoal, em outra, a família cobra e exige da escola um trabalho correspondente à sua responsabilidade. Neste contexto, os pais ora cobram corretamente, ora se omitem, ora cobram incorretamente. Por exemplo, ao exigirem que a escola ensine o filho, há uma cobrança correta uma vez que o ensino faz parte da natureza da atividade escolar. Entretanto, quando a família exige que a escola se ocupe de tarefas ligadas à

organização e formação do indivíduo como um todo, há inadequação acerca da visão do papel da escola na educação do aluno.

Percebemos que cada vez mais os alunos vêm para a escola com menos limites trabalhados pela família. Muitos pais chegam mesmo a passar toda a responsabilidade para a escola: “pode bater, pode fazer o que quiser, eu já não posso mais com ele”.

A família pode ajudar a disciplina na escola através de algumas práticas, readquirindo a prática do diálogo; ser capaz de impor limites e desligar a televisão, valorizar a escola e o estudo; superar a visão da escola como “mal necessário” para ascensão social, não sufocando a curiosidade da criança, estimulando o gosto pelo conhecimento.

Acompanhar sempre a vida escolar e não apenas quando o filho tem “nota vermelha”. Ainda existem pais que diante dos resultados não satisfatórios na escola, ameaçam ou chegam mesmo a espancar fortemente os filhos. Com isto, além de não resolverem o problema, ainda criam uma enorme barreira com as crianças. Se a criança está indo mal temos que ver qual a causa; para isto a receita é mágica: diálogo. Não comparar nota de um filho com outro ou com os filhos dos outros; cada criança deve ser comparada a si mesma. Supervisionar o estudo dos filhos (horário, local, material, etc.); não fazer por eles.

A Escola e os Professores

Refletindo sobre a temática no contexto escolar, pensamos que o trabalho na escola não pode realmente efetivar-se sem esforços, dedicação e principalmente disciplina.

Apesar de todas suas boas intenções, a escola pode ser fonte de fracasso e repetência, visto que até hoje não consegue ser um espaço agradável ao aluno. Podemos observar que as escolas, muito se aproximam das instituições mercenárias: é a superlotação em salas pequenas, mal iluminadas, com a ventilação insuficiente onde a temperatura torna-se insuportável; cadeiras velhas e inadequadas para a clientela que a usa, falta de material didático, aulas teóricas sem motivação para o aluno, levando-o ao desinteresse e a indisciplina.

Uma crise maior que atinge a escola é a crise dos sentidos. A escola perdeu a identidade levando o aluno até a se perguntar: Estudar para quê? A escola é necessária?

Muitas pessoas atribuem a culpa do fracasso dos alunos à escola, ao professor. Realmente, na prática, o que vemos é uma escola que não proporciona alegria, satisfação e tampouco aprendizagem consistente, estando desta maneira muito distante de suas aspirações e necessidades dos alunos.

O professor precisa desempenhar seu papel, o que inclui disposição para dialogar sobre objetivos e limitações e para mostrar ao aluno o que a escola (e a sociedade) esperam dele. Só quem tem certeza da importância do que está ensinando e domina várias metodologias consegue desatar esses nós.

Os alunos comentam comumente que professores quase que em geral são autoritários e não permitem uma participação mais ativa do aluno em sala de aula, não preparam aulas, chegam atrasados, lidam com aluno padrão ideal e não com o aluno passivo à indisciplina. Transmitem conhecimentos abstratos na medida em que não relacionam os conhecimentos transmitidos à prática dos homens, não dominam competentemente os conteúdos, ministram aulas monótonas, repetitivas e aborrecidas. Uma escola *chata* e sem atrativos. Os alunos não aprendem, repetem, evadem e são submetidos a esquemas precários de recuperação e com isso se sentem incapazes para as atividades intelectuais, além de não sentirem nenhuma felicidade de sentar nos bancos escolares.

De maneira geral, as escolas consideram rebeldia às transgressões às regras de convivência ou a não adequação a um modelo ideal, seja em relação ao ritmo de aprendizagem ou de comportamento, pois bom é quem aprende rápido e é obediente. O primeiro passo é tomar consciência de que a inquietação é inerente à idade e faz parte do processo de desenvolvimento e de busca do conhecimento. O segundo, aceitar as diferenças.

Devemos considerar, também, que há estruturas que ensinam, que melhor propiciam a emergência de situações de aprendizagem. E, nessas estruturas, há sempre o conhecimento agindo como um terceiro elemento na relação professor-aluno. É para o saber que o professor alça o seu olhar. Ao aluno cabe adquirir o conhecimento para poder possuí-lo, interpretá-lo, reformulá-lo em função de um novo saber e se libertar do mestre, dando outro rumo à sua vida.

A escola é o local que garante efetivamente a relação de trocas sociais e preparação para a cidadania; nela a criança pode estabelecer pactos, contratos, relações sociais, pois não basta que a criança se limite à sua singularidade, ela precisa do outro.

A relação pedagógica tem que ser construída cotidianamente. Sozinha a criança não faz a leitura do mundo. Nisso o professor pode ampará-la, conduzi-la, encaminhá-la.

Na prática educativa diária, podemos perceber claramente que os alunos que hoje freqüentam os bancos escolares apontam, embora de forma inconsciente, que não aceitam o ensino da forma que está. Com essa recusa, ao mesmo tempo estão provocando uma transformação da nossa prática educativa, pois nos estimulam/impulsionam a refletir sobre o nosso papel enquanto educadores, bem como na urgência que temos em nos reciclar e adotar posturas seguras, condizentes com os desafios que se nos apresentam

Para a formação que se deseja, os alunos precisam, não apenas aprender a obter informações, mas, necessariamente, saber selecioná-las, dotando-as de valores que lhes permitam se posicionar na vida. Para tanto, precisam olhar o professor e acreditar que aquilo que ele lhes ensina serve para interpretar seus problemas e assumirem uma posição.

É importante considerarmos que faz parte do desenvolvimento dos alunos ir contra o professor e a escola; desafiá-los. Escola e professores é que precisam estar cientes de que os alunos estão num exercício de diferenciação, buscando autonomia, e agir de forma a explicitar a situação, evitando revolta ou apatia, o que é muito importante e revela maturidade. O oposto pode instalar revolta ou apatia dissonantes, o que, em ambos os casos, não deixa o trabalho da escola avançar.

O que o conjunto da sociedade, em especial dos educadores, deseja é uma disciplina ativa e consciente, marcada pelo respeito, responsabilidade, construção do conhecimento, interação, participação, formação do caráter e da cidadania. E isto começa em casa, com os pais, que têm que transmitir o saber fazer à criança. Eles são os primeiros modelos.

É preciso que a escola cumpra seu papel de formadora e disciplinadora, que seus referenciais estimulem o jovem a não ir para a indisciplina, que ele se sinta respeitado e apoiado para retribuir com respeito e adesão. Há que se olhar para os casos de insucesso para se aprender com eles. Há que se procurar recuperar o papel da escola e a autoridade do professor,

ao invés de inventar mil programas que não dão certo, mas dão gasto do ponto de vista econômico e produzem desgaste impressionante para e no professorado.

Considerações Finais

Educar exige, ao mesmo tempo, criatividade, flexibilidade, escuta e limite. Na teoria, isso parece fácil, mas na prática, não o é.

Nunca se publicou, discutiu e questionou tanto sobre educação e desenvolvimento emocional de alunos. Da mesma forma, nunca se teve tanta insegurança em relação ao processo educacional. Antes, a tarefa de educar era, ao menos aparentemente, mais simples, pela existência de regras rígidas, quase dogmáticas. Com o decorrer dos anos, a globalização, o avanço da tecnologia, o amplo acesso à cultura, e diante de uma grande massa de informação sobre o processo educativo, educar torna-se um ato mais complexo, e a teoria se torna cada vez mais distante da realidade familiar e educacional. Pais e educadores, por confusão ou insegurança, são levados a posições excessivamente liberais, mescladas de culpa, ao tentarem impor limites aos filhos e alunos, é proibido dizer "não". Isso resulta, muitas vezes, em uma completa ausência de autoridade, já que educar implica sempre, em menor ou maior grau, a necessidade de impor limites, mediante regras básicas claramente estabelecidas. Nessa inversão de papéis, o autoritarismo e a tirania dos pais e professores cedem lugar ao autoritarismo e à tirania dos filhos e alunos.

Será que os nossos alunos mudaram tanto, ou é a nossa sociedade que está mais exigente depois que a tecnologia lhe permitiu várias regalias? Na essência, crianças, adolescentes, alunos não mudaram tanto assim: eles foram e sempre serão insistentes quando querem alguma coisa; eles estarão sempre testando autoridade e tentando quebrar limites, com um refinado grau de percepção das fraquezas e inseguranças dos educadores.

O diálogo, o respeito, o companheirismo e a comunicação verdadeira são essenciais para o desenvolvimento, assim como o limite e a disciplina. As regras justas são de uma ajuda indispensável. Regras justas, e não regras inflexíveis, já que a agressividade e o autoritarismo podem gerar rancores, hostilidade, sentimentos de rejeição e rebeldia. Só se educa aquele que não se tem necessidade de dominar.

Não se pode esquecer, ainda, que valores fundamentais como respeito mútuo, honestidade, reciprocidade, tolerância, solidariedade, consideração, perderam muito de sua credibilidade nas sociedades atuais, onde as relações estão cada vez mais superficiais e desprovidas de afetividade e onde cada vez mais se busca incessantemente o poder, estimulando o individualismo exagerado.

A escola, em parceria com a família, precisa trabalhar noções de limites com os alunos, investindo, também, na educação moral. E o caminho para esse trabalho deve ser sem dúvida, aquele que vai além das relações unilaterais para construir relações de respeito mútuo e solidariedade.

O verdadeiro papel do educador consiste em buscar o caminho para os limites que não proibam por proibir, porém, os limites que libertam e ajudam a crescer. As crianças e adolescentes precisam e querem este tipo de limite, nós precisamos aprender a oferecê-lo na dose certa. Para tanto, é necessário uma atitude de abertura constante de aprendizagem, precisamos entender o nosso tempo e os filhos do nosso tempo, para agir a partir da nova cultura e não da que acostumamos a ter como verdadeira. A flexibilidade, a abertura e a atenção ao tempo de hoje podem ser os primeiros ingredientes para que esta receita dê realmente certo. É preciso urgentemente começar a buscar os portos seguros, as fontes de equilíbrio para aprendermos que os limites bons são aqueles que sempre nos libertam.

Sugestões de Atividades

- 1) Leia e discuta o texto com os professores da sua escola.
- 2) De acordo com a leitura realizada, posicione-se e relate em que sentido a sua prática tem sido responsável pelo gosto ou pelo desgosto dos alunos pela escola.
- 3) O que nós, educadores, podemos fazer para diminuir o problema do fracasso escolar e da repetência?

Vale a pena assistir

Adorável Professor

1995. Drama. De Stephen Herek. Com Richard Dreyfuss, William H. Macy. Jovem compositor aceita com relutância emprego como professor de música em uma escola, mas ao longo de 30 anos percebe sua importância.

Mr. Holland – Adorável Professor

1996. Drama. De Stephen Herek. Com Richard Dreyfuss, Glenn Headly. Músico sonha em completar sua sinfonia, apesar dos contratempos que a vida lhe apresenta: um filho surdo com problemas de relacionamento e questões financeiras.

O Sorriso de Monalisa

2003. Drama. De Mike Newell. Com Julia Roberts, Kirsten Dunst. Incomodada com o conservadorismo do Colégio em que trabalha, professora luta contra as regras e acaba inspirando suas alunas a enfrentarem os desafios da vida.

Escola da Vida

2005. Drama. De William Dear. Com David Paymer, Ryan Reynolds. Novo professor muda a rotina de uma escola, mas enfrenta a inveja de um colega quando é indicado ao prêmio de melhor do ano.

1. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Julio G. **Erro e fracasso na escola. Alternativas teóricas e práticas.** São Paulo: Ed. Summus, 1997.

CRAHAY, Marcel. **Qual pedagogia para os alunos em dificuldade escolar?** Cadernos de Pesquisa – Fundação Carlos Chagas, v. 37, n. 130, p. 181-208, jan/abr. São Paulo: Autores Associados, 2007.

MELLO, Guiomar N. **Magistério de Primeiro Grau: da competência técnica ao compromisso político.** 3ª ed. São Paulo: Autores Associados, 1983.

PATTO, Maria Helena S. **A Produção do Fracasso Escolar: Histórias de Submissão e Rebeldia.** 1ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990.